

As opções para reduzir a dívida

GAZETA MERCANTIL

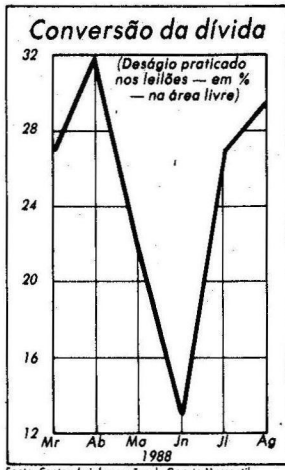
23 SET 1988

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro está examinando um pacote de medidas adicionais para reduzir sua dívida externa, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em seu discurso na assinatura do acordo com os bancos credores. À tarde, em entrevista coletiva no Banco do Brasil (BB), o ministro respondeu a uma pergunta deste jornal e detalhou os mecanismos em estudo.

"Pretendemos fazer uma avaliação cuidadosa de mecanismos voluntários de mercado", disse o ministro aos banqueiros, "dentro da estratégia do exame caso a caso com vistas a encontrar fórmulas para reduzir a dívida em benefício de todos nós."

Esta é a nova fase da renegociação da dívida, que Mailson da Nóbrega está começando agora. São os seguintes os novos mecanismos citados pelo ministro durante a entrevista:



1. Conversão da dívida em capital. "Este é o mecanismo mais comum", disse ele.

2. Conversão da dívida em exportações. "Essa opção é mais favorável aos bancos que aos países endividados", ponderou Mailson. "A prova disso é que nenhum país até agora a colocou em prática." O governo brasileiro, porém, não é formalmente contra essa hipótese. "Existem vantagens e desvantagens nela. Para nós, mais vantagens que vantagens", acrescentou.

O ministro detalhou mais essa alternativa, que os banqueiros consideram atraente. "A primeira desvantagem é que estaremos pagando a vista uma dívida que pode ser paga em vinte anos. Por outro lado, estaríamos pagando a dívida com exportações que de outro modo não seriam viáveis", disse ele.

Mailson mencionou especificamente uma circunstância em que ele entende que a conversão de dívida em exportações seria benéfica para o Brasil: "No caso de exportações feitas com financiamentos do Finex, via Resolução nº 68, porque nesse caso trata-se de créditos que o País só receberia no futuro. Nos outros casos esse tipo de operação para reduzir a dívida externa é polêmico", ressaltou.

As razões da polêmica são evidentes, de acordo com o ministro: embora a exportação de certos produtos seja viabilizada, "isso poderia levar a uma redução da oferta de bens e serviços no Brasil, com efeitos inflacionários e prejuízos ao abastecimento". Por isso, ele afirmou que o Brasil coloca essa opção

"em banho-maria", podendo autorizá-la em alguns casos, mas certamente não agora.

3. A operação mexicana, "onde se troca dívida por dívida. A Costa Rica vai ao mercado e compra títulos da dívida mexicana, com deságio. O México faz a mesma coisa, e

(Continua na página 18)

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, descartou ontem em Nova York a possibilidade de uma alteração no índice de inflação apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ministro admitiu, contudo, que talvez no próximo ano o índice possa ser mudado a partir da nova pesquisa de hábitos de consumo que o IBGE realiza.

(Ver página 18)

"Os bancos devem colocar recursos"

por Celso Pinto
de Berlim Ocidental

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, apóia a adoção de novas estratégias cooperativas para lidar com o problema da dívida externa que envolvam, inclusive, formas de redução. Advertiu, contudo, que isso não deve ser entendido como uma "panacéia" e que não exclui a necessidade de os bancos privados aportarem novos recursos aos devedores.

A posição do principal executivo do FMI foi colocada numa entrevista à imprensa presente para a reunião anual do Fundo e do Banco Mundial, em Berlim.

A questão da dívida surgiu em vários momentos e Camdessus, embora cauteloso, procurou enfatizar a necessidade de se avançar na estratégia global para lidar com o problema.

Em certo momento, indagado se o Fundo não teria sido leniente no programa aprovado com o Brasil e se não pretendia continuar a sê-lo caso o Brasil não cumpra as metas acertadas, como parece provável, Camdessus procurou uma resposta conciliatória. Em sua visão, o Fundo não tem sido complacente nem especialmente duro em relação ao Brasil e procura tratar o País como "business as usual", ou seja, um negócio nas regras do jogo.

"Fizemos um bom começo", disse comentando o acordo com o Brasil. Elogiou o "forte esforço" das autoridades brasileiras em superar os problemas e o que chamou de "fantásticas possibilidades" do País.

Camdessus admitiu que existe uma "fadiga" tanto entre devedores quanto entre credores em relação à presente estratégia para a dívida externa e que isso tem levado a "ceticismo e impaciência". Defendeu avanços na estratégia, mas disse que nada deve

(Continua na página 18)

O "Grupo dos 24" alerta que boa parte dos países em desenvolvimento não se está beneficiando da expansão da economia mundial. O problema da dívida externa não diminuiu em função do maior crescimento da economia mundial e a perspectiva de um aumento na inflação e nos juros dos países ricos poderá agravar ainda mais a situação.

As opções para reduzir...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

os dois países trocam os papéis posteriormente", descreve o ministro.

4. A operação boliviana. "Neste caso, um grupo de países amigos da Bolívia doou dinheiro para a formação de um fundo que comprou títulos da dívida desse país, com descontos de até 90%", diz Mailson, lembrando que "o Brasil ajudou com US\$ 10 milhões".

5. A saída chilena, "com a compra pura e simples de títulos da dívida, usando reservas do país. Esta opção eu não conheço em detalhes, sei dela apenas pelos jornais", ressaltou.

6. Operações triangulares. "Seria a troca, por exemplo, de créditos nossos com a Polônia, que repassaríamos à França, que nos devolveria o equivalente em dívida brasileira com bancos franceses. Algumas pessoas sérias discutem

opções assim nos últimos cinco anos, e com mais intensidade nos últimos doze meses", recordou.

7. A criação de um fundo com recurso dos sete principais países industrializados, ou desse mesmo fundo apenas com recursos dos Estados Unidos e do Japão: "O fundo seria composto de 10% de capital desses países e o restante de um bônus que seria vendido para o mercado. Com o dinheiro resultante, esse fundo adquire papéis de um país endividado, e vende esses títulos para o país em questão, que por sua vez emite títulos para o fundo", descreve ele.

8. O País vai direto ao mercado: "Este é um caso em que nós colocaríamos um novo papel no mercado, só que garantido pelo Banco Mundial, e usaríamos o dinheiro para comprar títulos da dívida. A garantia do Banco Mundial seria uma compensação para os credores, porque eles perde-

riam dinheiro na troca de um papel por outro. Estuda-se, por exemplo, a possibilidade de o Banco Mundial funcionar como uma empresa de seguros, que garantiria o recebimento de juros do novo título por, digamos, pelo menos três anos", diz Mailson.

9. Troca de títulos da dívida por créditos da Finex. "Este é um caso objetivo, do qual nós temos uma proposta", afirma o ministro. "A Finex financiou uma exportação para a África e não recebeu o dinheiro. Então um banco de investimentos estrangeiro compra esse papel da Finex, dando em troca títulos da dívida brasileira."

10. Operação latino-americana. "Estamos conversando sobre um esquema latino-americano com a Argentina, o México e a Venezuela. E há possibilidades interessantes aqui. Por exemplo, descobrimos que o Brasil é credor da Argentina, que é credora do México, que é credor da Venezuela, que é credora do Brasil. A idéia é fazer um acordo contábil desses títulos entre nós", disse o ministro.

Mas a idéia é mais ambiciosa: "Também poderíamos ampliar o acerto contábil aos outros países da América Latina. Com isso, todos nós poderíamos au-

mentar o comércio interno na região. Hoje, nós não fazemos obras em alguns outros países da região porque estamos muito expostos, para vender serviços teríamos de financiar a obra. Se o "exposure" diminui, poderíamos financiar obras, e vender mais serviços na América Latina", argumenta.

O ministro da Fazenda observou que algumas dessas idéias poderão ser discutidas na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Berlim, para onde ele embarcou ontem à noite. "Agora que o acordo com os bancos está assinado, temos mais tempo. Mas essas idéias que apresentei aqui já estão sendo discutidas com meios acadêmicos brasileiros, no Rio de Janeiro e em São Paulo, sobretudo através do ministro Sérgio Amaral", informou.

Depois de notar que "o mercado financeiro internacional é muito criativo", o ministro da Fazenda disse que essas e outras fórmulas só poderão funcionar dentro de dois parâmetros. Primeiro, a do mecanismo voluntário de mercado, com exame caso a caso. Depois, que os países endividados se disponham a fazer reformas e ajustes para assegurar seu crescimento econômico continuado.